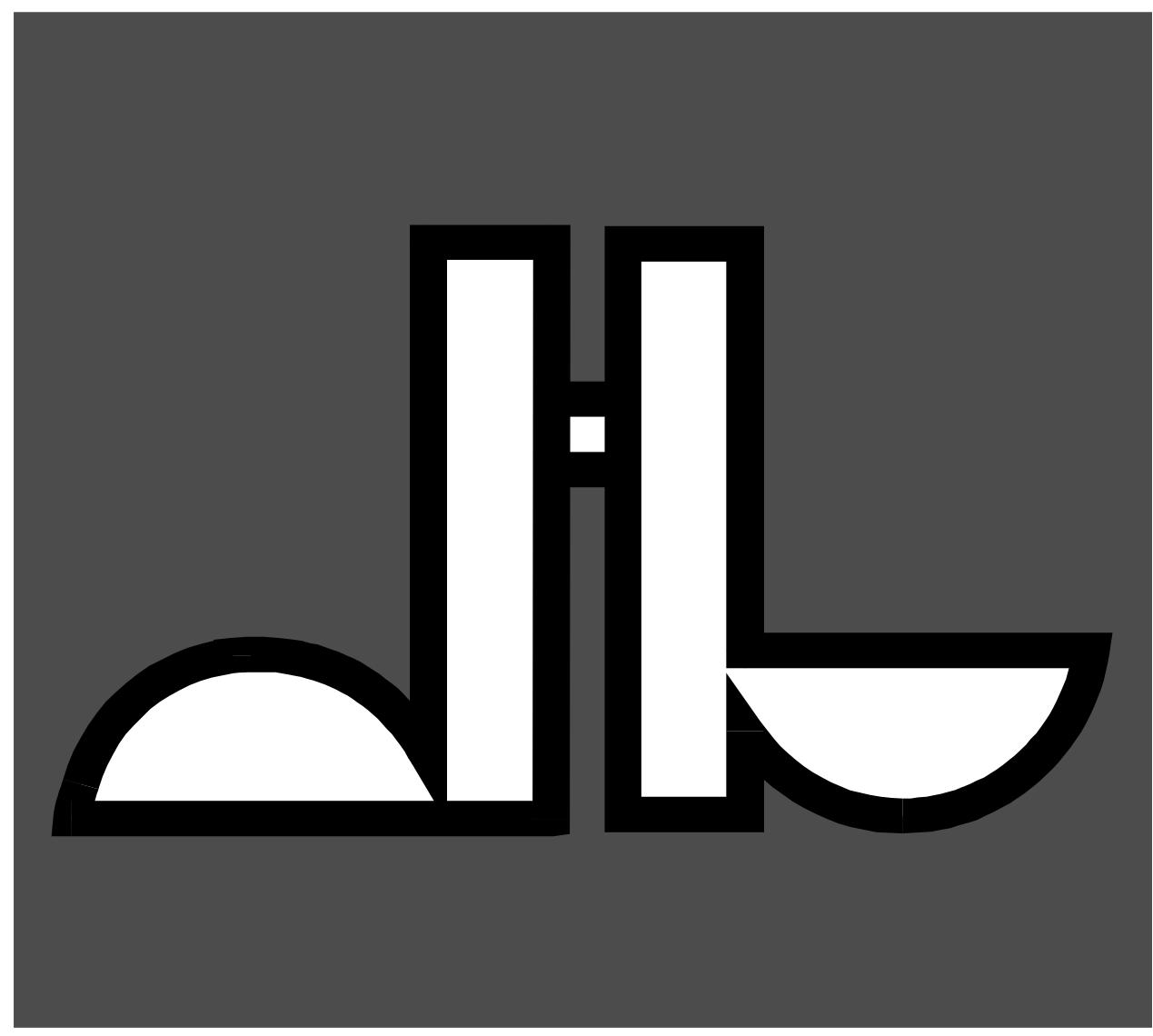




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

ANO LVII – Nº 005 – QUINTA-FEIRA, 16 DE MAIO DE 2002 – BRASÍLIA-DF

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente

Senador RAMEZ TEBET - PMDB-MS⁽¹⁾

1º Vice-Presidente

Deputado EFRAIM MORAIS - PFL-PB

2º Vice-Presidente

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES – PSB-SE

1º Secretário

Deputado SEVERINO CAVALCANTI - PPB-PE

2º Secretário

Senador ANTERO PAES DE BARROS – PSDB-MT

3º Secretário

Deputado PAULO ROCHA – PT-PA

4º Secretário

Senador MOZARILDO CAVALCANTI – PFL-RR

(1) Eleito em 20/09/2001

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – REQUERIMENTO

Nº 228, de 2002-SF, tendo como primeiro signatário o Senador Ramez Tebet, solicitando a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000 (Lido e aprovado na Sessão do Senado Federal realizada em 30 de abril de 2002, com aquiescência da Mesa da Câmara dos Deputados).....	01072
---	-------

2 – ATA DA 6ª SESSÃO CONJUNTA

(SOLENE), EM 15 DE MAIO DE 2002

2.1 – ABERTURA

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada à comemorar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000, nos termos do Requerimento nº 228, de 2002-SF	01075
---	-------

2.2.1 – Oradores

Deputada Rita Camata	01075
----------------------------	-------

Senador Iris Rezende	01077
----------------------------	-------

2.2.2 – Fala associativa da Presidência (Deputado Efraim Moraes)

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

4 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

5 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON- JUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

6 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO (ROUBO DE CARGAS)

7 – COMISSÃO MISTA ESPECIAL (CRISE DE ENERGIA)

8 – COMISSÃO MISTA ESPECIAL (SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLENCIA)

*Anulado
Em 30-4-2002
Almeida*

REQUERIMENTO Nº 228, DE 2002

Requeiro a realização de Sessão Conjunta do Congresso Nacional no dia 15 de maio próximo, às 10h, destinada a comemorar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000.

JUSTIFICAÇÃO

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi instituído com o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira e engajá-la no combate à violência sexual contra a criança e o adolescente, dentro e fora de sua família, e à exploração sexual comercial infanto-juvenil.

As primeiras iniciativas em prol da defesa de nossas crianças e adolescentes ocorreram na década de 80, na esteira do processo de redemocratização da sociedade brasileira. Dentre elas, destaca-se o Fórum Nacional Permanente das Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, mais conhecido como Fórum DCA, que nasceu nessa época, tendo se consolidado oficialmente em 1988.

O Fórum DCA exerce o papel de articulador político do movimento social em defesa da criança e do adolescente. Nesse sentido, organizou uma rede nacional formada de fóruns estaduais e organizações não-governamentais diretamente filiadas, com a participação dos governos federal, estaduais e municipais.

Além disso, o Fórum participou ativamente do processo de elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, já aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e em vias de implantação. Atualmente, o Fórum trabalha no sentido de mobilizar e articular a sociedade civil com vista à criação de uma instância nacional de monitoramento e acompanhamento da implantação desse Plano.

Estando próximo o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, as atenções se

voltam para transformar o dia 18 de maio num marco de luta em defesa das crianças e adolescentes brasileiros. As manifestações públicas previstas para esse dia visam engajar a sociedade nessa luta, conscientizando-a dos malefícios da cruel violação dos direitos humanos da população infanto-juvenil que representam o abuso sexual dentro e fora do ambiente familiar, a prostituição, o turismo sexual, a pornografia e o tráfico para fins sexuais.

A programação nacional do evento está sendo preparada por uma Coordenação de mobilização e articulação, formada por seis organizações, a saber: o Fórum DCA, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Departamento da Criança e do Adolescente, ambos vinculados ao Ministério da Justiça; o Centro de Referência-Estudos-Ações sobre Crianças e Adolescentes; o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; e o Programa Sentinel, coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social. Os contatos com os meios de comunicação social estarão a cargo da ADNI – Agência de Notícias para Infância, e a instituição Missão Criança foi indicada para assessorar a Coordenação na captação de recursos financeiros.

Estão previstas manifestações públicas em vários Estados e municípios, sendo que as atividades de caráter nacional estarão concentradas na Capital Federal. Portanto, a participação infanto-juvenil estará representada pelas crianças e adolescentes de Brasília envolvidas nas entidades de atendimento e na rede oficial de ensino.

Para possibilitar uma maior mobilização e participação dos diversos setores da sociedade e de todos os segmentos do Poder Público, as comemorações se estenderão por uma semana, iniciando-se no dia 14 de maio, terça-feira, e encerrando-se no dia 18, sábado.

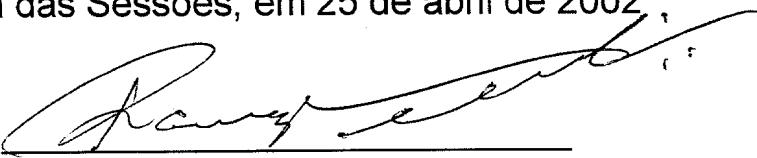
Ao consagrar o dia 18 de maio ao movimento de combate à violência e exploração sexual de crianças e adolescentes, por iniciativa da nobre Deputada Rita Camata, o Congresso Nacional já deu um passo importante no sentido da conscientização e mobilização da sociedade em prol da defesa dos direitos e garantias de nossos jovens e crianças.

A Sessão Conjunta que ora proponho para o próximo dia 15 de maio será, certamente, bastante oportuna, posto que inserida na semana de eventos e manifestações previstos para comemorar o Dia

Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Com essa homenagem, o Congresso Nacional estará somando esforços com os outros órgãos do Poder Público e da sociedade civil, marcando definitivamente seu engajamento nessa nobre luta pela erradicação completa de todas as formas de violência e exploração sexual das crianças e adolescentes brasileiros.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2002


Senador RAMEZ TEBET


Paulo Henrique
Eduardo Suplicy
Aldo Rebelo
Roberto Freire
Aldo Rebelo
Silvana^{rodrigo}
José Gomes
Fábio Faria
Geraldo Alckmin
Cid Gomes
Geraldo Alckmin
Geraldo Alckmin

Ata da 6ª Sessão Conjunta (Solene) em 15 de maio de 2002

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Efraim Morais

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 21 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, instituído pela Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Concedo a palavra à nobre Deputada Rita Camata, que falará pela Câmara dos Deputados.

A SRA. RITA CAMATA (PMDB – ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Congressistas, Sra. Secretária de Assunto Social, representantes do CONAM, da EMBRATUR, do Programa de Combate à Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, senhoras e senhores, em dezembro de 1998, sessenta e oito instituições públicas e sociais de promoção, defesa e garantia do direito das crianças e dos adolescentes de todo o Brasil reuniram-se em Salvador, para o II Encontro Nacional do ECPAT – End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose —, organização internacional surgida na Tailândia e com escritório em mais de 30 países, que luta pelo fim da exploração sexual e da pornografia infantil e do tráfico de criança para fins sexuais.,

À época, fui procurada pela Presidenta do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA, da Bahia, Sra. Hélia Barbosa, que me informou que as entidades presentes ao Encontro concluíram pela necessidade de instituição de um dia oficial de combate ao abuso, exploração sexual de crianças e adolescentes. Para isso, foi escolhida a data de 18 de maio, porque, nesse dia, no ano de 1973, a menina Araceli Cabrera Sanches, com 8 anos de idade, desapareceu em Vitória, no Espírito Santo. O crime já prescreveu e até hoje os acusados não foram punidos.

Este e muitos outros crimes do tipo dão-nos a exata dimensão da exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes. Ela está baseada numa ide-

ologia de mercado onde tudo se compra, inclusive o sexo jovem. Não respeita valores, não tem limites morais e éticos e satisfaz desejos, fantasias, anomalias sexuais.

Nessa mercantilização definidora da prostituição e da exploração, a pessoa não tem valor; o produto do negócio é o corpo e a idade. Quanto mais nova a vítima, maior o interesse e a procura.

Socialmente, a história revela que no Brasil nossas crianças não tinham valor ou direitos desde o tempo colonial. Tal situação vem se reproduzindo por meio de concepções socializadoras e educativas baseadas em castigos físicos, descasos, tolerância da sociedade com a extrema miséria e as mais diversas formas de violência a que são submetidas milhões de crianças, impunidade dos algozes das crianças, cortes orçamentários em políticas públicas e programas sociais, bem como resistência a mudanças legais que garantam os direitos infanto-juvenis.

Embora tais direitos estejam definidos em convenções, tratados, acordos internacionais e legislações nacionais, verifica-se que na prática ainda estão longe de ser completamente garantidos. Por exemplo, estamos travando no Congresso a luta pela aprovação dos protocolos facultativos assinados em Nova Iorque, em 2000, relativos à venda, à prostituição, à pornografia infantil e ao envolvimento de crianças em conflitos armados

Já conseguimos aprovar a tramitação da matéria em regime de urgência na Câmara dos Deputados, e esperamos aprová-la o mais rápido possível. Na quarta-feira passada, entrou em pauta, mas, por falta de **quorum**, não foi votada.

No Brasil, vivemos conforme padrões societários antagônicos e contraditórios. Ao lado de um importante movimento em prol da cidadania impera a impunidade, a injustiça para os pobres, fracos, excluídos e marginalizados. Trata-se de uma trágica herança da escravidão, presente nas múltiplas formas de autoritarismo. Grande número de crianças e adolescentes hoje sofrem violência estrutural, institucional e doméstica.

A ruptura com os antigos padrões societários vem se dando desde os anos 90 e representa um importante avanço dos direitos humanos. A constituição de novas relações entre adultos e jovens, baseada em padrões afetivos de proteção e socialização, implica denúncia e responsabilização dos violadores desses direitos.

Especificamente na área do combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, em 2000 tivemos o lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil.

O Brasil é reconhecido internacionalmente como um país bem-sucedido na articulação entre Governo e sociedade, em termos de garantia dos direitos da criança e do adolescente. Isso ficou claro na sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a infância, ocorrida em Nova Iorque, de 8 a 10 de maio, na qual tive a honra de representar o Parlamento brasileiro. Lá estavam presentes chefes de Estados ou representantes de mais de oitenta países. De maneira surpreendente, o Brasil mostrou-se à frente no que diz respeito à parceria entre o terceiro setor e a sociedade civil no trato da criança como sujeito de direito.

Aqui abro um parêntese: é inacreditável, mas a grande luta nessa sessão especial foi assegurar que a criança fosse tratada como sujeita de direito. Não conseguimos avançar porque os Estados Unidos, a Santa Sé e países islâmicos entendiam que, se assim o fizéssemos, estaríamos tirando a responsabilidade dos pais para com os filhos – o que na nossa concepção é um grande atraso.

Outro ponto extremamente debatido, sobre o qual também não conseguimos avançar, refere-se a assegurar atendimento de serviços de saúde à criança em âmbito mundial. Novamente os Estados Unidos, a Santa Sé e os países islâmicos entenderam que estaríamos abrindo brecha para o aborto. No Brasil, cuja legislação já está na vanguarda em relação ao assunto, é extremamente importante a prevenção da gravidez precoce e o acompanhamento pré-natal.

Os países contrários demonstram um aspecto antagônico. Querem ditar regras nas conferências, mas não assinam convenções ou tratados – pelo menos os Estados Unidos nunca assinaram. São considerados desenvolvidos, mas impedem avanços importantes para aqueles que querem garantir uma sociedade justa e uma vida melhor para as crianças.

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil expressa concretamente a mobilização da sociedade civil, das três esferas de Governo e de organismos internacionais protagonis-

tas nessa área. Todos se juntaram com o objetivo de estabelecer um Estado de Direito e a proteção integral de crianças e adolescente em situação de risco e de violência sexual.

Como ocorreu em outras iniciativas, houve um grande avanço institucional, mas, infelizmente, os investimentos são tímidos para a necessária implementação das propostas.

Além de ações visando garantir mais recursos no Orçamento da União, conseguimos incluir no relatório final do Fórum Interparlamentar, que ocorreu paralelamente à sessão especial da ONU, disposição para financiamentos das metas contidas no documento “Um mundo mais justo para as crianças”. Cada país adotará o critério de que todo acordo financeiro e internacional deve destinar uma parcela para programas e projetos essenciais ao cumprimento de metas definidas em cada negociação.

Além disso, o fórum recomenda a necessidade de assegurarem recursos suficientes para promoção e proteção dos direitos e do bem-estar das crianças, a serem utilizados de maneira transparente e eficiente. Novamente faço justiça ao nosso País, uma vez que também buscamos ter, não só por meio dos conselhos nacional, estaduais e municipais, a participação direta da sociedade civil na elaboração e no acompanhamento da execução de políticas de atendimento à criança, buscando a transparência dos investimentos.

Ou seja, institucionalmente, estamos no exercício prático do controle social dos investimentos públicos na área da criança e do adolescente, avançando na parceria com o terceiro setor, cuja atuação também se torna extremamente significativa no momento atual.

Encerrando, Sr. Presidente, lembro o grande Mário de Andrade: “*O passado é lição para se meditar, não para se reproduzir*”.

Cabe a nós, militantes pela infância e pela adolescência no Brasil, continuarmos na luta contra a discriminação, o atraso e a violência sexual, e pela implementação de políticas de inclusão social. A base de um projeto de transformação leva-nos a crer que isso é possível. Só a partir do “crer”, poderá ser verdade. Portanto, é preciso praticar, informar e transmitir. Dificuldades sempre existirão, mas sempre que as superamos crescemos. Elas não podem neutralizar a vontade de empreendermos as mudanças que queremos, não apenas individualmente, mas socialmente.

Cabe a nós – sociedade, família, Parlamento e Governo – a tarefa histórica de reparar as distorções

sociais do País. Esse processo já se iniciou. Estou certa de que conseguiremos concretizá-lo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Iris Rezende, que falará pelo Senado Federal.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Exmo. Sr. Presidente; Sras. e Srs. Senadores; Sras. e Srs. Deputados; Dra. Carmem Inês Garcia, digníssima representante do Ministro do Esporte e Turismo; Dra. Wanda Engel, digníssima Secretária de Estado de Assistência Social do Governo Federal; Dr. Antônio Motte, digníssimo representante do Ministério da Previdência e Assistência Social, demais autoridades presentes, senhoras e senhores, tive a honra de ser designado pelo Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Ramez Tebet, para representar o Senado Federal nesta solenidade. Cumpro com prazer e satisfação esta importante missão.

Pelo simbolismo desta cerimônia, a partir de agora ingressaremos em uma nova era, no que se refere à proteção e garantia do nosso mais precioso patrimônio humano: as crianças e os jovens.

Hoje a sociedade vive momento de forte apreensão, em razão das últimas notícias sobre atos de imperdoável desrespeito para com crianças e adolescentes em todos os cantos do País. Parece que o Estatuto da Criança e do Adolescente, nome pelo qual ficou conhecida a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990, caiu no vazio e transformou-se em letra morta, tantos são os desatinos, que a imprensa divulga, cometidos contra crianças e adolescentes.

Os meios de comunicação estão inundados de fatos estarrecedores, dando conta inclusive da participação de profissionais médicos e religiosos que aliciam ou seduzem menores para a prática de atos sexuais, abominável e inaceitável. O pior é que, em muitos casos, o crime tipificado como pedofilia é praticado justamente pelos responsáveis por zelar pelos valores morais das comunidades onde trabalham, o que torna ainda mais graves seus deslizes.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, senhoras e senhores convidados, esse é apenas um dos aspectos deploráveis dos abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Sabemos que grande parte das vítimas são violentadas dentro do próprio lar, atacadas por aqueles que deveriam cuidar de sua educação e segurança – pais, tios, irmãos mais velhos, dentre ou-

tres parentes –, numa demonstração de insensibilidade que beira a barbárie.

Muitas vezes, as vítimas, movidas por condições subumanas extremas, em razão da pobreza, acabam na marginalidade e prostituem-se em idade muito tenra, com repercussões tão nefastas que até comprometem a imagem do Brasil no exterior. Trata-se do chamado turismo sexual, outra praga social que é preciso exterminar.

Não bastassem essas formas criminosas de manipulação de crianças e adolescentes, quase cotidianamente ouvimos falar de investigações policiais sobre a pedofilia por meio da rede mundial de computadores, a Internet.

O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes é iniciativa extraordinária da nossa admirável Parlamentar, Deputada Rita Camata. Esta data, 18 de maio, foi instituída pela Lei nº 9.970, de 2000, com o objetivo de mobilizar e engajar a sociedade brasileira no combate ao abuso sexual intra e extra-familiar e na luta contra a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem trabalhado intensamente para eliminar da sociedade esse mal perverso que a corrói dolorosamente. Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Segurança, instituída pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados para sistematizar as propostas sobre segurança em tramitação nas duas Casas, tive oportunidade de me aprofundar no assunto em sessenta dias, prazo determinado pelos Exmos. Srs. Presidentes Ramez Tebet e Aécio Neves e pelas Lideranças de todos os partidos com assento na Câmara e no Senado.

A Comissão logrou concluir com pleno êxito os trabalhos, oferecendo à Nação uma importante contribuição para a consolidação de nova política de segurança no País, plenamente capaz de atender aos anseios da sociedade por uma vida de paz e tranquilidade para todos.

Foram adotadas importantes resoluções de ajuda ao combate dos crimes de exploração sexual, bem como houve a tipificação de inúmeros delitos praticados por intermédio de meios eletrônicos ou mediante formas até então inéditas da prática criminal.

Para os senhores terem uma idéia de como é grande a preocupação com os crimes de abuso sexual praticados contra menores, já no ano de 1993 a Câmara dos Deputados instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Prostituição Infantil, que averi-

guou denúncias, recomendou providências e propôs medidas concretas, visando à eliminação dessa verdadeira moléstia social.

Quanto ao Senado Federal, considero também da maior importância a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei nº 189, de 1999, de autoria do atual Presidente da Casa, o ilustre Senador Ramez Tebet.

Para aprovação do projeto que aumenta as penas para quem incorre em crime sexual contra crianças e adolescentes, foi marcante a atuação do Senador Romeu Tuma, profundo conhecedor da área de segurança. S.Exa. trabalhou criteriosamente em busca do aperfeiçoamento do projeto, conforme posso testemunhar com satisfação, na qualidade de membro da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Esperamos, com isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, convidados e convidadas, que penalidades mais severas tenham o condão de inibir a prática de crimes tão vergonhosos, que deflagram um ambiente de revolta e inconformismo na sociedade, preocupada com a segurança dos seus filhos.

Senhoras e senhores, o combate à pedofilia está ganhando dimensão mundial, não se limitando aos países mais pobres, nos quais, infelizmente, ainda são restritas as possibilidades de uma vida mais digna e de ascensão na escala social.

Essa situação tornou-se motivo de preocupação para o órgão de representação máxima das nações, a Organização das Nações Unidas. Segundo relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, preparado para o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial, ocorrido entre 17 e 20 de dezembro de 2001, no Japão: “Milhões de crianças em todo o mundo são exploradas pelo comércio sexual. Compradas e vendidas como bens móveis, trancafiadas dentro das fronteiras, jogadas em situações como casamento forçado, prostituição e pornografia infantil, muitas sofrem danos profundos e às vezes permanentes”.

No Brasil, Sr. Presidente, as notícias recentes são de causar espanto, mesmo aos leitores mais empedernidos. Segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 2 de maio, o primeiro trimestre do ano registrou um crescimento de 145% no número de denúncias de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, se comparado ao mesmo período de 2001.

O jornal dá mais detalhes preocupantes:

“Cerca de 80% dos casos de abuso sexual são cometidos por alguém que a vítima ama e confia. Em 62,76% dos casos a

violência é cometida por alguém da família, pais e padrastos lideram o **ranking** dos abusadores”.

Equivale dizer que, em números aproximadas, de cada três casos de abuso sexual, dois são atribuídos aos pais e padrastos.

Além disso, como cerca de 80% dos abusos acontecem dentro da casa onde a vítima mora, a denúncia torna-se mais difícil, em função do temor de reações violentas do malfeitor. Os casos de exploração sexual também tiveram um salto impressionante no Brasil; passaram para 222% no primeiro trimestre do ano, segundo a própria **Folha de S.Paulo**.

Quando pensamos que tudo de ruim já passou diante de nossos olhos estupefatos, o filme continua. Eis que a mídia apresenta um médico pediatra, com idade suficiente para ser avô, acusado de abusar sexualmente de 35 pacientes, a maioria adolescentes. O crime foi agravado pelo fato de o criminoso aproveitar-se do fator confiança, indispensável quando se busca um profissional de medicina.

Chega, portanto, em boa hora, o estabelecimento da data de 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes. No mínimo, as campanhas e eventos sobre esse dia servirão para conscientizar a população da necessidade do aumento da vigilância, dos direitos das crianças e dos adolescentes, garantidos no seu estatuto legal e, mais do que isso, sobre o respeito que merecem. E, Sr. Presidente, uma data que devemos cultivar com carinho e atenção a cada ano.

A punição para aqueles que abusam de crianças e adolescentes tem de ser realmente exemplar. É isso justamente o que o Congresso Nacional busca alcançar, conforme exemplifiquei ao citar a aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Projeto de Lei nº 189, de 1999, de autoria do Exmo. Presidente desta Casa, Senador Ramez Tebet. Com isso, o Congresso prova que sabe cumprir a sua função de Casa de representação popular, que sabe atender aos anseios do povo brasileiro.

Proteger e orientar as nossas crianças e os nossos adolescentes, brasileiros que estão florescendo, é tarefa fundamental de todas as pessoas sérias e responsáveis do País.

Somente garantindo a integridade física e moral da juventude brasileira, além de dar-lhes a devida educação para que se tornem cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, é que estaremos estabelecendo as bases para uma Nação livre e merecedora do respeito mundial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores representantes da sociedade, o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi consagrado pela Lei nº 9.970, de 2000, como forma de mobilização da sociedade diante de problema tão grave.

Estamos habituados a sessões solenes e homenagens de comemorações de júbilo. Diferentemente desse padrão, esta sessão solene está mais voltada para a meditação, para a reflexão, para a mobilização de compromissos.

Jamais se viu, como nos dias atuais, um volume tão grande de denúncias envolvendo casos de pedofilia, isto é, de abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Todos acompanhamos no noticiário o quanto esse problema afetou até mesmo a cúpula da Igreja Católica, que se sentiu ameaçada diante de denúncias envolvendo o clero.

Como Parlamentar, sei da necessidade de trazer a público as denúncias sobre acontecimentos nefastos, principalmente aqueles que violam os direitos humanos fundamentais. Sei que é papel do Congresso Nacional não oferecer trégua aos perpetradores de qualquer tipo de violência.

Nesse sentido, senhoras e senhores, tem aumentado cada vez mais a consciência da sociedade contra crimes como este, já tipificados em nossa lei, mas um tipo de episódio extremamente difícil de punir, principalmente pela dificuldade em trazer à luz esse tipo de violação. E essa resistência é a pior de

todas: é a da vítima duplamente vítima, isto é, aquela que sofre o abuso e é impelida a se calar; seja pela vergonha que tal denúncia lhe acarretaria, seja pelas sanções que receberia, pois, não raro os perpetradores dessa violência estão no círculo familiar ou de agregados, ou mesmo na comunidade que devia proteger tais crianças.

Portanto, devemos ressaltar a importância das denúncias que têm vindo à tona, por mais perplexidade que elas nos causem. Mas não nos esqueçamos da natureza insidiosa desse tipo de crime; não nos deixemos levar pela impressão de que, só porque as denúncias chegaram à mídia, o problema está sendo resolvido. Pela natureza cíclica dos escândalos que têm lugar nos meios de comunicação, existe o risco de cessarem as manchetes e persistirem as violações.

Portanto, Sras. e Srs. Parlamentares, à sociedade organizada, aos partidos políticos, às associações de proteção da infância, às igrejas, aos corpos policiais, aos hospitais e profissionais de saúde e, principalmente, às famílias incumbe zelar pelo bem-estar de nossas crianças e adolescentes.

Os oradores designados por suas respectivas Casas para se pronunciarem nesta oportunidade mostraram com bastante propriedade o significado do problema. Resta-me, pois, cumprimentá-los por suas palavras, e agradecer a todos por sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais) – Declaro encerrada esta sessão solene.

(Encerra-se a sessão às 12 horas e 54 minutos.)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Número de membros: 22 Senadores e 64 Deputados

Comissão instalada em 15-5-2002

Composição

Presidente: Deputado José Carlos Aleluia

1º Vice-Presidente: Senador Freitas Neto

2º Vice-Presidente: Deputado Anivaldo Vale

3º Vice-Presidente: Senador Tião Viana

Relator da LDO: Senador João Alberto Souza

Relator-Geral do Orçamento para o ano de 2003: Senador Sergio Machado

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Gilvam Borges	1. Alberto Silva
Nabor Júnior	2. Fernando Ribeiro
Gilberto Mestrinho	3. Ney Suassuna
João Alberto Souza (2)	4. Valmir Amaral
Sergio Machado	5. Carlos Bezerra
Marluce Pinto	6. Amir Lando ⁽²⁾
PFL	
Mozarildo Cavalcanti	1. Antônio Carlos Júnior
Moreira Mendes	2. Romeu Tuma
Leomar Quintanilha	3. Paulo Souto
Jonas Pinheiro	4. Francelino Pereira
José Jorge	5. Geraldo Althoff

* Designação feita em 9-5-2002 (SF)

⁽²⁾ Remanejamento do Senador João Alberto Souza para titular e do Senador Amir Lando para suplente, em 15-5-2002 PMDB - SF

(Continuação da composição da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

SENADORES	
Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB-PPB)	
Romero Jucá	1. Ricardo Santos
Freitas Neto	2. Lúcio Alcântara
Antero Paes de Barros	3. Lúdio Coelho
Ronaldo Cunha Lima	4. (vago)
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS) (**)	
Tião Viana	1. Eduardo Suplicy
Sebastião Rocha	2. Emilia Fernandes
Heloísa Helena	3. Roberto Saturnino
Osmar Dias	4. José Fogaça
PSB	
Antonio Carlos Valadares (5)	1. Ademir Andrade (5)
PTB	
Carlos Patrocínio	1. Wellington Roberto
(*)PL	
José Alencar	1.(vago)

(**) O PDT desligou-se do Bloco Oposição em 17-4-2002 (DSF 18-4-2002)

(5) Remanejamento do Senador Antonio Carlos Valadares para titular e do Senador Ademir Andrade para suplente, em 16-5-2002 – PSB – SF.

(*) Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

(continuação da Composição da CMPOPF)

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
PFL	
Antonio Carlos Konder Reis-SC	1. Átila Lins-AM
Aracely de Paula-MG	2. Cláudio Cajado-BA
João Ribeiro-TO	3. Francisco Rodrigues-RR
Jorge Khoury-BA	4. Gerson Gabrielli-BA
José Carlos Aleluia-BA	5. Gervásio Silva-SC
Luciano Castro-RR	6. José Carlos Coutinho-RJ
Mussa Demes-PI	7. José Carlos Fonseca Jr.-ES
Neuton Lima-SP	8. José Thomaz Nonô-AL
Osvaldo Coelho-PE	9. Lael Varella-MG
Pedro Fernandes-MA	10. Laura Carneiro-RJ
Santos Filho-PR	11. Paes Landim-PI
Wilson Braga-PB	12. José Rocha-BA ⁽⁴⁾
PSDB	
Anivaldo Vale PA	1. Alberto Goldman SP
Armando Abílio-PB	2. Carlos Batata-PE
Arnon Bezerra-CE	3. Chiquinho Feitosa-CE
Basílio Villani-PR	4. Custódio Mattos-MG
Danilo de Castro-MG	5. Domiciano Cabral-PB
João Almeida-BA	6. Helenildo Ribeiro-AL
Paulo Feijó-RJ	7. Lúcia Vânia-GO
Paulo Kobayashi-SP	8. Luiz Ribeiro-RJ
Ricarte de Freitas-MT	9. Nilo Coelho-BA
Roberto Rocha-MA	10. Paulo Mourão-TO
Sampaio Dória-SP	11. Sérgio Barros-AC
Sérgio Carvalho-RO	12. Vicente Caropreso-SC
PMDB	
Aníbal Gomes-CE	1. Coriolano Sales-BA
Antonio do Val-SC	2. Darcísio Perondi-RS
Eunício Oliveira-CE	3. Gastão Vieira-MA
João Matos-SC	4. Jonival Lucas Júnior-BA
Jose Borba-PK	5. Jorge Alberto-SE
José Chaves-PE	6. Osvaldo Reis-TO
José Priante-PA	7. Zé Gomes da Rocha-GO ⁽³⁾
Milton Monti-SP	8. Renato Vianna-SC
Olavo Calheiros-AL	9. Silas Brasileiro-MG
Pedro Novais-MA	10. Waldemir Moka-MS
Pedro Chaves-GO (3)	11. Zé Índio-SP

⁽⁴⁾ Substituição do Dep. Paulo Braga pelo Dep. José Rocha(S), em 15-5-2002 – PFL-CD

⁽³⁾ Remanejamento do Dep. Pedro Chaves para titular e do Dep. Zé Gomes da Rocha para suplente, em 15-5-2002 PMDB – CD.

(Continuação da Composição da CMPOPF)

DEPUTADOS	
PT	
Carlito Merss-SC	1. Professor Luizinho-SP
Dr. Rosinha-PR	2. Tarcisio Zimmermann-RS
Gilmar Machado-MG	3. Telma de Souza-SP
João Coser-ES	4. Walter Pinheiro-BA
João Grandão-MS	5.(vago)
Jorge Bittar-RJ	6.(vago)
João Magno-MG	7. (vago)
PPB	
Almir Sá-RR	1. Cleonâncio Fonseca-SE
Francisco Dornelles-RJ	2. João Pizzolatti-SC
João Leão-MG	3. João Tota-AC
Márcio Reinaldo Moreira-MG	4. Nelson Meurer-PR
Pedro Henry-MT	5. Ricardo Barros -PR
Roberto Balestra-GO	6. (vago)
PTB	
Félix Mendonça-BA	1.Fernando Gonçalves-RJ
Iris Simões-PTB	2. Iherê Ferreira-PTB
José Carlos Elias-ES	3.Josué Bengtson-PA
Zila Bezerra-AC	4.Romeu Queiroz-MG
Bloco PDT/PPS	
Airton Cascavel-RR	1.Clementino Coelho-PE
Airton Dipp-RS	2.Fernando Coruja-SC
Giovanni Queiroz-PA	3.Rubens Bueno-PR
João Herrmann Neto-SP	4.(vago)
Bloco PL/PSL	
Welinton Fagundes-MT ⁽¹⁾	1.Alceste Almeida-RR
Eujácio Simões-BA	2.João Caldas-AL
Juquinha-GO	3.Robério Araújo-RR
Bloco PSB/PCdoB	
Alexandre Cardoso-RJ	1.Agnelo Queiroz-DF
Gonzaga Patriota-PE	2.Givaldo Carimbão-AL
Sérgio Miranda-MG	3.Tânia Soares-SE
PST	
Divaldo Suruagy-AL	1.(vago)
(*)PTN	
José de Abreu-SP	1.(vago)

Secretária: Myrna Lopes Pereira

Endereço: Câmara dos Deputados – Anexo Luís Eduardo Magalhães (Anexo II)

Ala “C” – Sala 8 – Térreo – CEP – 70160-900

Tel: 318-6937 – 318-6938

⁽¹⁾ Substituição do Dep. Cornélio Ribeiro pelo Dep. Welinton Fagundes, em 10-5-2002 – Bloco (PL/PSL)-CD

^(*)Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO EM ABRIL DE 2002

Presidente: Deputado Aldo Rebelo¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado JUTAHY JÚNIOR (PSDB-BA) Telefones: 318-8221/7167/8224	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL) Telefones: 311-2261/2262 e 311-3051/3052
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOÃO PAULO (PT-SP) Telefones: 318-5170/5172	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EDUARDO SUPlicy (Bloco PT/PPS-SP) Telefones: 311-3191/3192/3873/3861/3862
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado ALDO REBELO (Bloco PSB/PCdoB-SP) Telefones: 318-6992/6997/6996/6984	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) Telefones: 311-2063/2065 e 311-3259/3496

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA

Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4569

¹ Alternância feita na 1ª Reunião de 2002, realizada em 2 de abril, às 15h.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Deputado Ney Lopes

Secretário-Geral: Deputado Feu Rosa

Secretaria-Geral Adjunta: Senadora Emilia Fernandes
(18 Titulares e 18 Suplentes)

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
SENADORES									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
ROBERTO REQUIÃO	PR	***09	311 2401	323 4198	1. PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3232	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	##15	224-5884	323 4063	2. AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223-6191	3. MARLUCE PINTO	RR	**8s	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN (1)	SC	** 04	311 4206	323 5470	1. WALDECK ORNELAS	BA	# 13	311 2211	323-4592
GERALDO ALTHOFF	SC	## 05	311 2041	323 5099	2. JOSÉ JORGE	PE		311-1284	
Bloco (PSDB/PPB)									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1348	321 9470	1. LUIZ OTÁVIO	PA	###	3111027	3114393
LÚDIO COELHO	MS		3112381	3112387	2. RICARDO SANTOS	ES	*13	311-2022	323-5625
PT/PPS (2)									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	1.Jefferson Péres (PDT)	AM	###07	311-2061	323-3189
PTB									
ARLINDO PORTO	MG	-05	311-2324	323-2537	1. VAGO				

(1) Licenciado do exercício do mandato, a partir de 22/02/2002

(2) O PDT se desliga do Bloco de Oposição, conforme Ofício nº 27/2002, publicado no DSF, de 18/4/2002.

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIPAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@@ ALA SEM. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	@@@ALA SEN. DINARTE MARIZ

MEMBROS TITULARES**MEMBROS SUPLENTES****DEPUTADOS**

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
BLOCO PSDB/PTB									
MARISA SERRANO	MS	237	318-5237	318-2237	1. VICENTE CAROPRESO	SC	662	318-5662	3182662
FEU ROSA	ES	960	318-5960	318-2960	2. YEDA CRUSIUS	RS	956	318-5956	3182956
BLOCO PFL/PST									
NEY LOPES	RN	326	318-5326	318-2326	1. LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318-5541	3182541
PAULO GOUVÉA	SC	755	318-5755	318-2755	2. RONALDO CAIADO	GO	227	318-5227	3182227
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	*573	318-5573	318-2573	1. EDINHO BEZ	SC	703	318-5703	3182703
DARCÍSIO PERONDI	RS	518	318-5518	318-2518	2. OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318-5845	3182845
PT									
PAULO DELGADO	MG	*268	318-5268	318-2268	1. Dr. ROSINHA	PR			
PPB									
JARBAS LIMA	RS	621	318-5621	318-2621	1.CELOSO RUSSOMANNO	SP	756	318-5756	3182756
BLOCO PSB/Pcdob									
EZÍDIO PINHEIRO	RS	744	318-5744	318-2744	1.INÁCIO ARRUDA	CE	*582	318-5582	3182582

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

www.camara.gov.br/mercosul

e-mail - cpcm@camara.gov.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

Requerimento nº 23, de 2000-CN

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com a finalidade de apurar, em todo País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Composição

Presidente: Senador Romeu Tuma – PFL-SP

Vice-Presidente: Deputado Mário Negromonte – PSDB-BA

Relator: Deputado Oscar Andrade – PFL-RO

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Maguito Vilela ⁽¹⁰⁾	1.Alberto Silva
Gcrson Camata	2. Renan Calheiros ⁽¹⁰⁾
Marluce Pinto ⁽⁹⁾	3. (vago) ⁽¹⁴⁾
Wellington Roberto	4.Gilvam Borges
PFL	
Moreira Mendes	1.Leomar Quintanilha ⁽¹⁹⁾
Romeu Tuma ⁽²⁾	2.José Coelho ⁽¹⁸⁾
Francelino Pereira ^{(15) (6)}	3.Jonas Pinheiro
PSDB	
Antero Paes de Barros	1.Luiz Pontes ⁽⁴⁾
Fernando Matusalém ⁽⁵⁾	2.Romero Jucá ⁽⁴⁾
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
Sebastião Rocha	1.Jefferson Peres
Geraldo Cândido	2.José Eduardo Dutra

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB/PTB)	
Domiciano Cabral-PB ⁽¹⁶⁾	1.Márcio Fortes-RJ ⁽⁷⁾
Chico da Princesa-PR	2.Raimundo Gomes de Matos-CE ⁽³⁾
Mário Negromonte-BA	3.Silvio Torres-SP
Bloco (PMDB/PST/PTN)	
Carlos Dunga-PB	1.Alberico Filho-MA
Alberto Fraga-DF ⁽¹¹⁾	2.Waldir Schmidt-RS
PFL	
Jaime Martins-MG	1.Gervásio Silva-SC
Oscar Andrade-RO	2.Robson Tuma-SP
PT	
Nelson Pellegrino-BA ⁽⁸⁾	1.Telma de Souza-SP ⁽¹⁾
PPB	
Ary Kara-SP ⁽¹³⁾	1.Almir Sá-RR
PDT	
Pompeo de Mattos-RS	1.Cabo Júlio-MG (PL) ⁽¹²⁾
Bloco (PSB/PC do B)	
Wanderley Martins-RJ ⁽¹⁷⁾	1.Eduardo Campos-PE

Secretário: Francisco Nauridice de Barros

Endereço: Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa – Sala 17-A-Subsolo

Tel: 311-3508

Leitura: 29-3-2000

Designação da Comissão: 10-5-2000

Prazo final no Congresso: 30-6-2000 – Prazo prorrogado em virtude de aprovação de requerimento.

⁽¹⁰⁾ Substituição feitas em 15-6-2000 – PMDB-SF

⁽¹⁶⁾ Substituição feita em 6-4-2001 – Bloco (PSDB/PTB) CD

⁽⁷⁾ Substituição feita em 24-5-2000 – PSDB/PTB-CD

⁽³⁾ Substituição feita em 17-5-2000 – Bloco PSDB/PTB-CD

⁽⁹⁾ Substituição feita em 14-6-2000-PMDB-SF

⁽¹⁴⁾ Em virtude do afastamento do Senador Agnelo Alves, 1º suplente, para assumir mandato de prefeito.

⁽¹⁹⁾ Substituição do Sen. Freitas Neto (S) pelo Sen. Leomar Quintanilha (S), em 18-10-2001 – PFL-SF.

⁽¹¹⁾ Substituição feita em 21-6-2000 - Bloco PMDB/PST/PTN-CD

⁽²⁾ Substituição feita em 16-5-2000 – PFL-SF

⁽¹⁸⁾ Substituição do Senador Edison Lobão pelo Senador José Coelho (S), em 31-8-2001 – PFL (SF)

⁽¹⁵⁾ Substituindo o Senador Geraldo Althoff, em 29-3-2001-PFL(SF)

⁽⁶⁾ Substituição feita em 19-5-2000 – PFL-SF

⁽⁵⁾ Substituição feita em 8-5-2001 – PSDB-SF

⁽⁴⁾ Substituição feitas em 18-5-2000 – PSDB-SF

⁽⁸⁾ Substituição feita em 1º-6-2000 – PT-CD

⁽¹⁾ Substituição feita em 16-5-2000 – PT-CD

⁽¹³⁾ Substituição feita em 13-12-2000 – PPB-CD

⁽¹²⁾ Indicação feita em 13-11-2000 – PDT-CD (cessão)

⁽¹⁷⁾ Substituição feita em 17-4-2001 – Bloco (PSB/PC do B) - CD

Comissão Mista Especial

Requerimento nº 73, de 2001-CN

Requer a criação de Comissão Mista Especial com a finalidade de estudar as causas da crise de abastecimento de energia no país, bem como propor alternativas ao seu equacionamento.

Composição

Presidente: Deputado Márcio Fortes-RJ

Vice-Presidente: Deputado Fernando Gabeira-RJ

Relator: Senador Paulo Souto-BA

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Alberto Silva	1.Valmir Amaral
Mauro Miranda	2.Gerson Camata
José Fogaça (PPS)	3.Wellington Roberto
Nabor Junior	4.Pedro Simon
PFL	
Paulo Souto	1.Freitas Neto - PSDB
José Agripino	2.Carlos Patrocínio (PTB)
Francelino Pereira	3.Moreira Mendes
Bloco (PSDB/PPB)	
Teotonio Vilela Filho (1)	1. Geraldo Melo (1)
Antero Paes de Barros(1)	2. Leomar Quintanilha-PFL ⁽¹⁾
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
Heloísa Helena	1.Eduardo Suplicy
Paulo Hartung (PSB)	2.Sebastião Rocha
*PSB	
Ademir Andrade	1.Roberto Saturnino

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PSDB/PTB)	
Márcio Fortes-RJ ⁽³⁾	1.João Caldas-AL
Iris Simões-PR	2.Paulo Feijó-RJ ⁽⁴⁾
Juquinha-GO	3.Rosângela Freret-ES
Bloco (PFL/PST)	
Marcos Cintra-SP	1.José Carlos Aleluia-BA
Ney Lopes-RN	2.Robson Tuma-SP
PMDB	
Aníbal Gomes-CE	1.Gastão Vieira-MA
João Colaço-PE	2.Salatiel Carvalho-PE
PT	
Fernando Ferro-PE	1.Virgílio Guimarães-MG
PPB	
Delfim Netto-SP	1.Mário Negromonte-BA ⁽²⁾
Bloco (PSB/PC do B)	
Jandira Feghali-RJ	1.Sérgio Novais-CE
Bloco (PDT/PPS)	
Ailton Dipp-RS	1.Clementino Coelho-PE
*PV	
Fernando Gabeira-RJ	1.Luciano Zica-SP

Secretário: Francisco Nauridice de Barros

Endereço: Senado Federal – Ala Senador Alexandre Costa – Sala 17-A-Subsolo

Tel: 311-3508

Leitura: 16-5-2001(CN)

Designação da Comissão: 31-5-2001

Instalação da Comissão: 31-5-2001

Prazo final no Congresso: 30-4-2002 ^{(*) **}

⁽³⁾ Substituição feita em 12-11-2001-Bloco (PSDR/PTB)

⁽⁴⁾ Substituição do Dep. Márcio Fortes pelo Dep. Paulo Feijó, em 7-12-2001 – PSDB - CD

⁽¹⁾ Indicações feitas em 7-6-2001 – PSDB (SF)

⁽²⁾ Substituição do Dep. Odelmo Leão pelo Dep. Mário Negromonte(S), em 13-9-2001 – PPB (CD)

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

^(*)Prazo prorrogado até 30-4-2002, em virtude de aprovação do Requerimento nº 182/2001-CN, em 5-12-2001.

^{**} Prazo prorrogado até 30-11-2001, em virtude de aprovação do Requerimento nº 137/2001-CN.

Comissão Mista Especial

Requerimento nº 1, de 2002-CN

Requer a criação de Comissão Mista Especial com a finalidade de levantar e diagnosticar as causas e efeitos da violência que assola o País, ouvindo-se, para tanto, Governadores de Estados, Secretários de Segurança Pública, Comandantes das Polícias Civis e Militares, Diretores de Presídios e outros especialistas e autoridades ligados à área e requisitando-se cópia de todas as proposições em tramitação em ambas as Casas para consolidá-las em uma única proposta de emenda à Constituição ou em um único projeto de lei, conforme o caso, com vista a uma tramitação em ritmo acelerado tanto na Câmara como no Senado.

Composição

Presidente: Senador Iris Rezende - PMDB

Vice-Presidente: Senador Artur da Távola - PSDB

Relator: Deputado Moroni Torgan-PFL

SENADORES	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Pedro Simon	1. Sérgio Machado
Marluce Pinto	2. Casildo Maldaner
Iris Rezende	3. Gilberto Mestrinho
Maguito Vilela	4. Nabor Júnior
Amir Lando	5. Renan Calheiros
João Alberto Souza	6. Gilvam Borges
PFL	
Romeu Tuma	1.Bello Parga
Edison Lobão	2.Mozarildo Cavalcanti
Bernardo Cabral	3.Lindberg Cury
Moreira Mendes	4.José Coelho
Bloco (PSDB/PPB)	
Geraldo Melo	1. Teotonio Vilela Filho
Artur da Távola	2.Freitas Neto
Lúcio Alcântara	3.Eduardo Siqueira Campos
Benício Sampaio	4.Luiz Otávio
Bloco Oposição (PT/PDT/PPS)	
Roberto Freire	1.Heloísa Helena
Sebastião Rocha	2.Emilia Fernandes
Geraldo Cândido	3.Osmar Dias
PSB	
Paulo Hartung	1. Ademir Andrade
PTB	
Arlindo Porto	1. Carlos Patrocínio
*PL	
José Alencar	1.

DEPUTADOS	
Titulares	Suplentes
Bloco (PFL/PST)	
Abelardo Lupion-PR	1.Aldir Cabral-RJ
Chico Sardelli-SP	2.Francisco Rodrigues-RR
Laura Carneiro-RJ	3.Iédio Rosa-RJ
Moroni Torgan-CE	4.Robson Tuma-SP
PSDB	
Custódio Mattos-MG	1.Luiz Ribeiro-RJ
Wilson Santos-MT	2.Roberto Rocha-MA
Zenaldo Coutinho-PA	3.Lino Rossi-MT
Zulaiê Cobra-SP	4.Feu Rosa-ES
PMDB	
Tadeu Filipelli-DF	1.Osmar Serraglio
José Índio-SP	2.Silas Brasileiro
Nair Xavier Lobo-GO	3.Cabo Júlio-PST/MG(Cessão)
PT	
Luiz Eduardo Greenhalgh-SP	1. José Genoíno-SP
Marcos Rolim-RS	2.Nilmário Miranda-MG
PPB	
Edmar Moreira-MG	1. Celso Russomanno-SP
Marcus Vicente-ES	2. Vadão Gomes-SP
PTB	
Luiz Antonio Fleury-SP	1.Edir Oliveira-RS
Bloco (PDT/PPS)	
Pompeo de Mattos-RS	1.Ricardo Ferreira-ES
Bloco (PL/PSL)	
Magno Malta-ES	1.Philemon Rodrigues-MG
Bloco (PSB/PCdoB)	
Gonzaga Patriota-PE	1.Wanderley Martins-MA
*PHS	
Roberto Argenta-RS	1.Augusto Nardes-RS(cessão)

Leitura: 15-2-2002(CN)

Designação da Comissão: 15-2-2002

Prazo final no Congresso: 16-4-2002

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2/2000-CN

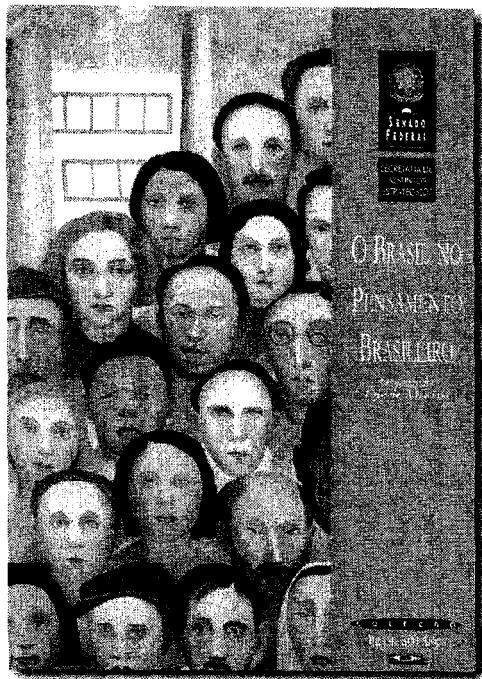


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

**ug = 030002
gestão = 02902**

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

**02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações**

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS